

INFORMAR PARA INCLUIR: A CONSTRUÇÃO DE UMA CARTILHA SOBRE DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

¹Adrielly Daiane Oliveira Nascimento; ²Nicole Ellen Fernandes Xavier; ³Felipe Azevedo da Silva Vieira; ⁴Naiane Vitoria Costa Mesquita; ⁵Francisco Thiago Paiva Monte; ⁶Cibelly Aliny Siqueira Lima Freitas

¹Discente do Curso de Direito - UVA, Sobral-CE, adriellydaiane16@gmail.com; ²Discente do Curso de Enfermagem - UVA, Sobral-CE; ³Discente do Curso de Ciências Biológicas - UVA, Sobral-CE; ⁴Discente da Especialização de Saúde da Família - UFRN, Voluntária do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde, Sobral-CE; ⁵Psicólogo, Preceptor do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde - UVA, Sobral/CE; ⁶Orientadora/docente do Curso de Enfermagem – UVA, Sobral/CE.

A trajetória das pessoas com deficiência no Brasil é marcada por processos históricos de exclusão e pela luta por reconhecimento, dignidade e cidadania. Apesar dos avanços legais conquistados, como a Constituição Federal de 1988 e a Lei Brasileira de Inclusão - LBI (Lei nº 13.146/2015), ainda persistem barreiras culturais, comunicacionais e atitudinais que dificultam o acesso pleno aos direitos. A insuficiência de informações acessíveis à população reforça tais desigualdades e limita a efetividade das políticas públicas, fazendo com que grande parte dos avanços permaneçam restritos ao âmbito normativo. Diante desse contexto, este trabalho tem como objetivo relatar a experiência de elaboração da cartilha “Equidade em Movimento: Pessoas com Deficiência, Conceitos e Direitos”, desenvolvida a partir de reflexões de um Grupo tutorial do programa PET-Saúde/Equidade da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), como estratégia de democratização da informação e promoção da inclusão social. Trata-se de um estudo descritivo e qualitativo, do tipo relato de experiência, conduzido por discentes de diferentes cursos de graduação da UVA, vinculados ao PET Saúde Equidade, com apoio de preceptores e tutores do Programa. O processo metodológico envolveu levantamento bibliográfico e legislativo acerca dos direitos da pessoa com deficiência, seguido da sistematização e adaptação das informações em linguagem acessível e inclusiva, aproximando o conteúdo jurídico do público em geral. O design gráfico da cartilha foi elaborado com base nos princípios da acessibilidade comunicacional, utilizando elementos visuais e recursos didáticos que facilitem a compreensão. O material é composto por seções temáticas que abordam os modelos de compreensão da deficiência (médico, social e biopsicossocial), os tipos de deficiência previstos na LBI, os direitos fundamentais e as barreiras à participação social. Inclui ainda dados atualizados do Censo do IBGE, explicações sobre símbolos de acessibilidade e informações sobre serviços de referência locais, compondo um recurso educativo que alia informação, cidadania e inclusão social. A experiência reforça o papel transformador da universidade e da extensão na promoção da equidade e dos direitos humanos, ao integrar saberes acadêmicos às demandas sociais. Conclui-se que a cartilha se configura como instrumento de transformação social, podendo ser utilizada tanto pelos profissionais da saúde em práticas educativas, quanto pelos próprios usuários, como guia de orientação e empoderamento. Ao transformar informação em inclusão, reafirma-se a educação e a comunicação acessível como caminhos essenciais para a construção de uma sociedade verdadeiramente justa e inclusiva.

Palavras-Chave: Pessoa com Deficiência; Educação em saúde; Extensão Universitária.

Agradecimentos: Agradeço a Secretaria de Gestão e Trabalho e Educação na Saúde (SGTES/MS) pela concessão da bolsa de extensão.